



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024/PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00005.20240617/0002-66**

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, por meio do(a) Pregoeiro, realizará licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão pública: 23 de julho de 2024

Horário da sessão pública: 09:00

Critério de julgamento: Menor Preço por Lote

Modo de disputa: Aberto e fechado

Link: compras.m2atecnologia.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÕES DE PLAYGROUNDS E ACADEMIAS AO AR LIVRE COM MONTAGEM E INSTALAÇÕES EM ESPAÇOS PÚBLICOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL-CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será subdivida em Lote, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos Lote forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com seus dados cadastrais regular junto ao provedor do sistema.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A vedação de que trata o item 2.7.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze), na condição de menor aprendiz, nos termos do inciso XXXII do art. 7º da Constituição Federal;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do



tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor ou desconto, conforme critério definido neste edital;

4.1.2. Marca, quando cabível;

4.1.3. Fabricante, quando cabível;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, **serão de exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado por Menor Preço do Lote
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).
- 5.10. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10.1. Não excluindo o item em tempo hábil, o licitante poderá enviar alerta ao pregoeiro para que o mesmo adote as providências cabíveis.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO E FECHADO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



5.12.2.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12.3.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12.6. Serão considerados intermediários os lances:

I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance;

II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 deste Edital, **especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros :**

a. Sistema de Cadastramento de Fornecedores;

b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria - Geral da União,
<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis/?ordenarPor=nome&direcao=asc>; e



c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa física ou, em caso de pessoa jurídica, da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6 e 3.6 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO



7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Registro Cadastral, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Registro Cadastral e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Registro Cadastral serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Registro Cadastral ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021), para:

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.18. Após o término do período destinado ao envio de documentação (habilitação ou proposta) especificado nos itens 7.11.1, a inclusão de novos documentos pode ser permitida apenas por meio de diligência, nos seguintes casos:

I) Para atualizar documentos cuja validade expirou após a data de recebimento das propostas;

II) Para submeter documentos declaratórios emitidos exclusivamente pelo licitante;

III) Para verificar as condições de habilitação ou de classificação do licitante, levando em conta fatos ou condições que já existiam antes da abertura da licitação.

7.19. A decisão de realizar diligências é tomada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, com base em fundamentos claros e após consulta aos setores administrativos relacionados ao objeto da licitação. Esta decisão não estabelece um direito subjetivo ao licitante para a inclusão de documentos após o prazo definido nos itens 7.11.1.

7.20. A submissão de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores, através de diligência, deve ser efetuada conforme descrito no item 7.11.1. Expirado o prazo sem o envio da nova documentação, a oportunidade de anexar novos documentos é encerrada de forma definitiva, resultando na inabilitação ou desclassificação do participante do processo licitatório.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão;



8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico compras.m2atecnologia.com.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.



- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto.
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas dos itens 9.1.1 a 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas dos itens 9.1.4 a 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas dos itens 9.1.1 a 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas dos itens 9.1.4 a 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas dos itens 9.1.1 a 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em ~~site~~ sistema eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras.m2atecnologia.com.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico compras.m2atecnologia.com.br.


11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

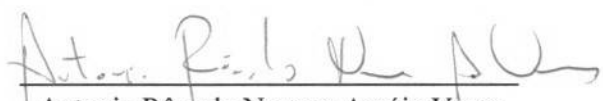
ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO I.1 - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

Tamboril/CE, 01 de julho de 2024


Cicera Erica Nascimento Santana
Secretária de Saúde


Antonio Rômulo Navone Araújo Veras
Secretário de Infraestrutura e Serviços
Públicos



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
EDTAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024/PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00005.20240617/0002-66**

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÕES DE PLAYGROUNDS E ACADEMIAS AO AR LIVRE COM MONTAGEM E INSTALAÇÕES EM ESPAÇOS PÚBLICOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL-CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	BANCO COM BALANÇO	12.0	UNIDADE	1.720,33	20.643,96
BANCO COM BALANÇO FEITO EM MADEIRA DE EUCALÍPTO. O ASSENTO DO BANCO DEVE MEDIR 1,00 DE LARGURA. DIMENSÕES 1,80 COMPRIMENTO; 1,40 LARGURA; 1,40 ALTURA.					
2	ESCORREGADOR	12.0	UNIDADE	1.659,89	19.918,68
ESCORREGADOR FABRICADO EM FIBRA E PINTURA EM EPÓXI COM ESCADA EM MADEIRA DE EUCALÍPTO E ALÇAS DE APOIO CONFECCIONADAS EM FERRO, COLORIDO EM PINTURA ELETROSTÁTICA. DIMENSÕES: COMPRIMENTO 3,00M; LARGURA 1,10M E ALTURA 1,70M.					
3	GANGORRA DUPLA	12.0	UNIDADE	2.014,21	24.170,52
CONFECCIONADO EM EUCALÍPTO TRATADO E AUTO CLAVADO ENVERNIZADO COM STAIN OU SIMILAR 10 A 12MM, DE 2,50X0,70M. 02 ASSENTOS CONFECCIONADO TABUAS MUIRACATIARA DE 0,20X0,30M. 2 APOIOS DE MÃOS COM TUBO GALVANIZADO DE 1" NA COR VERDE. DIMENSÕES (C X L X A) : (2,75M A 2,85 M) X (1,95 M A 2,05 M) X (0,65 M A 0,75 M).DIMENSÕES: COMPRIMENTO 3,00M, LARGURA 0,80M, ALTURA 0,60 A 1,20M. GANGORRA DUPLA, CONFECCIONADA EM TORAS DE MADEIRA DE EUCALÍPTO AUTOCLAVADO E ALÇAS DE APOIO CONFECCIONADAS EM MATERIAL METÁLICO, COLORIDAS EM PINTURA ELETROSTÁTICA. DIMENSÕES (APROXIMADAMENTE); COMPRIMENTO 3,00M; LARGURA 1,20M; ALTURA 0,60 A 1,20M.					
4	PLAYGROUND TIPO CASA EM MADEIRA	12.0	UNIDADE	8.733,00	104.796,00
PLAYGROUD TIPO TARZAN, PLAYGROUD TIPO CASA EM MADEIRA DE EUCALÍPTO. DIMENSÕES: 4,50M DE COMPRIMENTO; 4,50 DE LARGURA; 2,80 M DE ALTURA. COMPOSTO POR: 01 CASA C/ TELHADO C/ PLATAFORMA TAMANHO DE 1,40 X 1,40 M C/ TELHADO (ACESSO ATRAVÉS DE ALÇAS DE APOIO C/ PINTURA ELETROSTÁTICA) 01 ESCORREGADOR EM PLÁSTICO INJETADO 01 BALANÇO DUPLO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO INJETADO C/ ALÇA DE SEGURANÇA P/ SEGURANÇA DOS PEQUENOS 01 TELA DE ESCALADA EM CORDAS 01 ESCADA DE ACESSO.					
5	SIMULADOR DE BICICLETA INDIVIDUAL	14.0	UNIDADE	3.461,55	48.461,70
SIMULADOR DE BICICLETA INDIVIDUAL - SIMULADOR, BICICLETA MECANICO SENTADO, ESTRUTURA AÇO, ACABAMENTO TINTA PO, TRATAMENTO ANTI FERRUGEM.					
6	ESTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE PARA CADEIRANTES	14.0	UNIDADE	3.501,67	49.023,38
ESTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE PARA CADEIRANTES - APARELHO PARA GINASTICA, ESTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE PARA CADEIRANTES.					
7	PLACA ORIENTATIVA	14.0	UNIDADE	2.266,84	31.735,76
PLACA ORIENTATIVA - PLACA DE IDENTIFICAÇÃO, PVC, VERTICAL, FIXAÇÃO NO PISO, PILARES ESTRUTURA AÇO, ACABAMENTO TINTA PO TERMO ENDURECIVEL.					
8	ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA	14.0	UNIDADE	2.382,70	33.357,80
ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA - EXERCITADOR, TUBOS DE AÇO, TIPO ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA, TRIPLO, CONJUGADO.					
9	SIMULADOR DE CAVALGADA	14.0	UNIDADE	1.717,17	24.040,38



	INDIVIDUAL				
	SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL - APARELHO E ACESSÓRIO PARA FISIOTERAPIA, TUBOS AÇO CARBONO, CHAPA ESTRUTURAL, TIPO SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL, 12 MESES DE GARANTIA.				
10	NULTI EXERCITADOR 6 FUNÇÕES	14.0	UNIDADE	4.688,83	65.643,62
	NULTI EXERCITADOR 6 FUNÇÕES - MULTI EXERCITADOR, TUBOS DE AÇO CARBONO SAE 1020, CONJUGADO 6 FUNÇÕES DISTINTAS.				
11	TWIST LATERAL DUPLO	14.0	UNIDADE	3.102,62	43.436,68
	TWIST LATERAL DUPLO, ESTRUTURA PRINCIPAL EM TUBO REDONDO				
12	ALONGADOR 3 ALTURAS	14.0	UNIDADE	2.338,12	32.733,68
	ALONGADOR 3 ALTURAS - EXERCITADOR, TUBOS DE AÇO CARBONO, TIPO ALONGADOR COM TRÊS ALTURAS CONJUGADO.				
13	SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL	28.0	UNIDADE	2.046,33	57.297,24
	SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL - APARELHO E ACESSÓRIO PARA FISIOTERAPIA, TUBOS AÇO CARBONO, SAPATA ANTIDERRAPANTE, CHAPA 14, SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL, 12 MESES DE GARANTIA, ESTAMPADA, SEM QUINAS.				
14	SIMULADOR DE ESQUI INDIVIDUAL	14.0	UNIDADE	1.994,50	27.923,00
	SIMULADOR DE ESQUI INDIVIDUAL - SIMULADOR, ESQUI MECANICO, ESTRUTURA AÇO, ACABAMENTO TINTA PO, TRATAMENTO ANTI FERRUGEM.				
15	VOLANTE VERTICAL DUPLO	14.0	UNIDADE	1.782,57	24.955,98
	VOLANTE VERTICAL DUPLO - APARELHO PARA GINASTICA, VOLANTE VERTICAL DUPLO, ESTRUTURA AÇO, ACABAMENTO TINTA PO, TRATAMENTO ANTI FERRUGEM, GARANTIA MINIMA 02 ANOS.				

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 6 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 608.138,38 (seiscentos e oito mil, cento e trinta e oito reais e trinta e oito centavos).

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

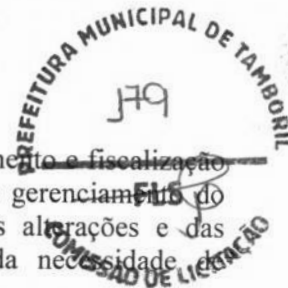


5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 05 (cinco) dias, contado da emissão de requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Germiniano Rodrigues de Farias, S/N, São Pedro – Tamboril/CE.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização,



mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante);

8.2.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



8.2.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.2.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.26.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.


8.30. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

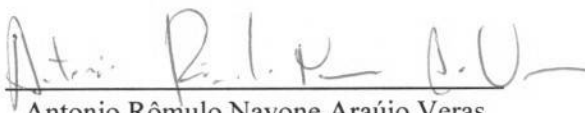
9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) 1701.15.451.0032.2.078 - Manutencao de Pracas, Parques e Jardins da Sede e Zona Rural, no(s) elemento(s) de despesa(s): 44905210 - Equipamentos e Material Permanente; 0501.10.301.0031.2.037 - Manutencao de Programas de Manutencao da Atencao Primaria em Saude, no(s) elemento(s) de despesa(s): 44905210 - Equipamentos e Material Permanente;

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Tamboril/CE, 01 de julho de 2024.


Cicera Erica Nascimento Santana
Secretária de Saúde


Antonio Rômulo Navone Araújo Veras
Secretário de Infraestrutura e Serviços
Públicos



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000520240617000266

1. Descrição da Necessidade da Contratação

A necessidade da contratação de empresa especializada para a aquisição de playgrounds e academias ao ar livre com montagem e instalações em espaços públicos surge da intenção da Prefeitura Municipal de Tamboril-CE de promover a inclusão social, o lazer, e o bem-estar físico dos seus habitantes. A implementação desses equipamentos nos diversos espaços públicos do município visa não apenas oferecer opções de lazer e entretenimento para crianças, jovens, adultos e idosos, mas também contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, incentivando a prática de atividades físicas ao ar livre. Além disso, essas instalações atuarão como importantes ferramentas para a integração social, facilitando o acesso a espaços onde comunidades podem se reunir, promover a coesão social e o espírito comunitário.

É evidente o crescimento da conscientização mundial sobre a importância da atividade física regular na prevenção de doenças e na promoção da saúde mental. Dentro deste contexto, a instalação de academias ao ar livre se alinha às diretrizes de saúde pública, oferecendo uma opção acessível e inclusiva para a população se exercitar. Os playgrounds, por sua vez, são essenciais para o desenvolvimento infantil, oferecendo espaços seguros e estimulantes onde as crianças podem explorar, aprender e socializar.

Considerando as peculiaridades do município de Tamboril-CE, incluindo sua geografia, demografia e a distribuição dos espaços públicos, identifica-se a necessidade de adquirir e instalar tais equipamentos de forma estratégica, a fim de maximizar os benefícios para a comunidade. Esta contratação, portanto, não apenas atende à necessidade imediata de proporcionar equipamentos de lazer e exercício de qualidade, como também se insere no planejamento de longo prazo do município de fomentar uma comunidade mais saudável, integrada e feliz.

2. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Secretaria de Saúde	CICERA ERICA NASCIMENTO SANTANA
Sec. de Infra Estrutura e Serv. Públicos	ANTONIO RÔMULO NAVONE ARAUJO VERAS

3. Descrição dos Requisitos da Contratação



A definição dos requisitos da contratação é um passo crucial para garantir que a solução escolhida atenda efetivamente às necessidades do Município de Tamboril-CE, promovendo não apenas um ambiente de lazer e saúde pública de excelente qualidade, mas também respeitando critérios de sustentabilidade, conformidade legal e eficiência econômica. Observando as legislações aplicáveis, regulamentações específicas juntamente com padrões mínimos de qualidade e desempenho exigidos, esta seção estabelece os critérios necessários e suficientes para a escolha da melhor solução de aquisições de playgrounds e academias ao ar livre.

- **Requisitos Gerais:** Os equipamentos; playgrounds e academias ao ar livre, devem ser projetados com foco na durabilidade, segurança, acesso inclusivo e estímulo ao desenvolvimento físico e social. Deverão ser aptos a resistir às condições climáticas do município de Tamboril-CE, requerendo manutenção mínima e apresentando alta resistência contra degradação, vandalismo e uso contínuo.
- **Requisitos Legais:** A empresa contratada deve estar em conformidade com todas as normativas locais, estaduais e federais aplicáveis, inclusive aquelas relacionadas à segurança dos equipamentos, conforme ABNT NBR 16071 (Playgrounds) e outros regulamentos específicos para equipamentos de ginástica ao ar livre. Além disso, deve-se observar as disposições da Lei 14.133/2021, garantindo transparência e justiça no processo de licitação.
- **Requisitos de Sustentabilidade:** Os produtos e processos envolvidos na fabricação, instalação e manutenção dos equipamentos devem promover a sustentabilidade ambiental. Isso engloba a utilização de materiais recicláveis ou certificados por seu baixo impacto ambiental, métodos de produção que economizem recursos hídricos e energéticos e opções de descarte ou reciclagem responsáveis ao final da vida útil dos equipamentos.
- **Requisitos da Contratação:** A empresa especializada deverá fornecer documentação técnica detalhada dos equipamentos, incluindo manuais de instalação, uso e manutenção; certificados de garantia; e comprovação de conformidade com os requisitos legais e de segurança. Além disso, a contratação inclui a necessidade de assistência técnica local e treinamento para a manutenção preventiva dos equipamentos por parte dos funcionários do município.

Para efetivamente atender às necessidades especificadas e garantir o máximo benefício à comunidade de Tamboril-CE, sendo crucial que os requisitos da contratação englobem todas as características técnicas necessárias para que os equipamentos ofereçam segurança, inclusão, durabilidade e fomentem práticas de vida saudável e de respeito ao meio ambiente. As especificações devem ser detalhadas o suficiente para permitir a correta avaliação das ofertas, sem, contudo, inserir restrições desnecessárias que limitem a competitividade do processo licitatório. Portanto, a proposta deve ser elaborada de forma a apresentar soluções que atendam a todos esses critérios, visando a melhoria contínua do espaço público e a promoção do bem-estar da população.

4. Levantamento de mercado

Na avaliação das soluções de contratação para a aquisição e instalação de playgrounds e academias ao ar livre em espaços públicos para o município de Tamboril-CE, foram identificadas as seguintes possíveis abordagens entre fornecedores e órgãos públicos:



- Contratação direta com o fornecedor;
- Contratação através de terceirização, empregando uma empresa gestora que coordena desde a aquisição até a instalação dos equipamentos;
- Formas alternativas de contratação, como parcerias público-privadas (PPPs) ou concessões, onde a iniciativa privada é responsável pela instalação e manutenção dos equipamentos, com contrapartidas definidas pelo poder público.

Após análise cuidadosa das opções disponíveis, considerando as especificidades do objeto de contratação e as necessidades identificadas pelo município de Tamboril-CE, a solução mais adequada para esta contratação seria a realização de uma contratação direta com o fornecedor, por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico. Esta modalidade oferece vantagens como a obtenção de preços mais vantajosos decorrentes da competição, além de permitir maior transparência e eficiência administrativa.

A escolha se justifica pela necessidade de se obter equipamentos que atendam especificações técnicas precisas e de qualidade, adequados ao uso intenso em espaços públicos, bem como de garantir a instalação apropriada e segura destes equipamentos. A contratação direta possibilita a seleção de fornecedores especializados capazes de oferecer as melhores soluções técnicas e econômicas, em conformidade com os requisitos elaborados no Estudo Técnico Preliminar.

Considera-se, ainda, que a gestão direta da contratação por parte do município facilitará a coordenação das diversas etapas do processo, desde a aquisição até a instalação e manutenção dos equipamentos, garantindo que os objetivos de promoção da saúde, lazer e qualidade de vida para a população sejam efetivamente alcançados.

5. Descrição da solução como um todo

Com base na análise detalhada das necessidades do Município de Tamboril-CE, e após um extenso levantamento de mercado, a solução escolhida envolve a instalação de playgrounds e academias ao ar livre. Essas instalações visam promover entretenimento, exercício físico e integração social para todas as faixas etárias da população, com atenção especial para a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.

A solução compreende especificamente:

- Aquisição e instalação de playgrounds em madeira de eucalipto tratado, incluindo casas com telhado, escorregadores de plástico injetado, balanços duplos seguros para crianças e outros equipamentos que promovam a atividade física e o desenvolvimento motor de forma lúdica. As dimensões e materiais devem atender todas as normas de segurança e acessibilidade pertinentes, garantindo um ambiente seguro e inclusivo para as crianças.
- Implementação de academias ao ar livre, disponibilizando equipamentos de ginástica de alta resistência e adaptados para uso ao ar livre, como simuladores de caminhada, bicicletas ergométricas, aparelhos de musculação que se utilizem do próprio peso do usuário, entre outros, que possam atender a idosos, adultos e cadeirantes, promovendo a saúde e integrando a comunidade.



- Todo o planejamento deve contemplar a acessibilidade, incluindo rampas de acesso, piso tátil para deficientes visuais e equipamentos específicos cadeirantes nas academias ao ar livre, assegurando que todos os espaços e atividades sejam inclusivos.
- As placas orientativas e de segurança serão instaladas em todos os equipamentos e entradas dos playgrounds e academias, informando sobre o uso correto dos equipamentos, horários de funcionamento e supervisão necessária das crianças por adultos.

Esta solução está alinhada aos objetivos da Lei 14.133/2021, que enfatiza a importância da eficácia, eficiência e economicidade nas contratações públicas, apostando na promoção do desenvolvimento nacional sustentável e no bem-estar público. A escolha foi fundamentada no estudo de várias propostas comercialmente disponíveis, priorizando aquelas que demonstraram melhor relação custo-benefício, durabilidade dos materiais, menor necessidade de manutenção contínua e adequação às normas de segurança e acessibilidade locais.

Esta descrição da solução como um todo foi elaborada considerando rigorosamente os princípios de planejamento, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo estabelecidos no Art. 5º. Além disso, cumpre com a exigência do Art. 18 da Lei 14.133/2021, almejando uma contratação que responda efetivamente às necessidades públicas relatadas, com vistas a alcançar os melhores resultados para a comunidade de Tamboril-CE.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	BANCO COM BALANÇO	12,000	Unidade
Especificação: BANCO COM BALANÇO FEITO EM MADEIRA DE EUCALÍPTO. O ASSENTO DO BANCO DEVE MEDIR 1,00 DE LARGURA. DIMENSÕES 1,80 COMPRIMENTO; 1,40 LARGURA; 1,40 ALTURA.			
2	ESCORREGADOR	12,000	Unidade
Especificação: ESCORREGADOR FABRICADO EM FIBRA E PINTURA EM EPÓXI COM ESCADA EM MADEIRA DE EUCALÍPTO E ALÇAS DE APOIO CONFECCIONADAS EM FERRO, COLORIDO EM PINTURA ELETROSTÁTICA. DIMENSÕES: COMPRIMENTO 3,00M; LARGURA 1,10M E ALTURA 1,70M.			
3	GANGORRA DUPLA	12,000	Unidade
Especificação: CONFECCIONADO EM EUCALÍPTO TRATADO E AUTO CLAVADO ENVERNIZADO COM STAIN OU SIMILAR 10 A 12mm, DE 2,50X0,70m. 02 ASSENTOS CONFECCIONADO TABUAS MUIRACATIARA DE 0,20X0,30m. 2 APOIOS DE MÃOS COM TUBO GALVANIZADO DE 1" NA COR VERDE. DIMENSÕES (C X L X A) : (2,75m a 2,85 m) x (1,95 m a 2,05 m) x (0,65 m a 0,75 m). DIMENSÕES: COMPRIMENTO 3,00M, LARGURA 0,80M, ALTURA 0,60 A 1,20M. GANGORRA DUPLA, CONFECCIONADA EM TORAS DE MADEIRA DE EUCALÍPTO AUTOCLAVADO E ALÇAS DE APOIO CONFECCIONADAS EM MATERIAL METÁLICO, COLORIDAS EM PINTURA ELETROSTÁTICA. DIMENSÕES (APROXIMADAMENTE); COMPRIMENTO 3,00M; LARGURA 1,20M; ALTURA 0,60 A 1,20M.			
4	PLAYGROUND TIPO CASA EM MADEIRA	12,000	Unidade
Especificação: PLAYGROUD TIPO TARZAN, PLAYGROUD TIPO CASA EM MADEIRA DE EUCALÍPTO. DIMENSÕES: 4,50M DE COMPRIMENTO; 4,50 DE LARGURA; 2,80 M DE ALTURA. COMPOSTO POR: 01 CASA C/ TELHADO C/ PLATAFORMA TAMANHO DE 1,40 X 1,40 M C/ TELHADO (ACESSO ATRAVÉS DE ALÇAS DE APOIO C/ PINTURA ELETROSTÁTICA) 01 ESCORREGADOR EM PLÁSTICO INJETADO 01 BALANÇO DUPLO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO INJETADO C/ ALÇA DE SEGURANÇA P/ SEGURANÇA DOS PEQUENOS 01 TELA DE ESCALADA EM CORDAS 01 ESCADA DE ACESSO.			
5	SIMULADOR DE BICICLETA INDIVIDUAL	14,000	Unidade
Especificação: SIMULADOR DE BICICLETA INDIVIDUAL - SIMULADOR, BICICLETA MECANICO SENTADO, ESTRUTURA AÇO, ACABAMENTO TINTA PO, TRATAMENTO ANTI FERRUGEM.			



Prefeitura de Tamboril



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	
6	ESTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE PARA CADEIRANTES	14,000	Unidade
Especificação: ESTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE PARA CADEIRANTES - APARELHO PARA GINASTICA, ESTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE PARA CADEIRANTES.			
7	PLACA ORIENTATIVA	14,000	Unidade
Especificação: PLACA ORIENTATIVA - PLACA DE IDENTIFICAÇÃO, PVC, VERTICAL, FIXAÇÃO NO PISO, PILARES ESTRUTURA AÇO, ACABAMENTO TINTA PO TERMO ENDURECIVEL.			
8	ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA	14,000	Unidade
Especificação: ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA - EXERCITADOR, TUBOS DE AÇO, TIPO ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA, TRIPLO, CONJUGADO.			
9	SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL	14,000	Unidade
Especificação: SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL - APARELHO E ACESSORIO PARA FISIOTERAPIA, TUBOS AÇO CARBONO, CHAPA ESTRUTURAL, TIPO SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL, 12 MESES DE GARANTIA.			
10	MULTI EXERCITADOR 6 FUNÇÕES	14,000	Unidade
Especificação: MULTI EXERCITADOR 6 FUNÇÕES - MULTI EXERCITADOR, TUBOS DE AÇO CARBONO SAE 1020, CONJUGADO 6 FUNÇÕES DISTINTAS.			
11	TWIST LATERAL DUPLO	14,000	Unidade
Especificação: TWIST LATERAL DUPLO, ESTRUTURA PRINCIPAL EM TUBO REDONDO			
12	ALONGADOR 3 ALTURAS	14,000	Unidade
Especificação: ALONGADOR 3 ALTURAS - EXERCITADOR, TUBOS DE AÇO CARBONO, TIPO ALONGADOR COM TRÊS ALTURAS CONJUGADO.			
13	SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL	28,000	Unidade
Especificação: SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL - APARELHO E ACESSORIO PARA FISIOTERAPIA, TUBOS AÇO CARBONO, SAPATA ANTIDERRAPANTE, CHAPA 14, SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL, 12 MESES DE GARANTIA, ESTAMPADA, SEM QUINAS.			
14	SIMULADOR DE ESQUI INDIVIDUAL	14,000	Unidade
Especificação: SIMULADOR DE ESQUI INDIVIDUAL - SIMULADOR, ESQUI MECANICO, ESTRUTURA AÇO, ACABAMENTO TINTA PO, TRATAMENTO ANTI FERRUGEM.			
15	VOLANTE VERTICAL DUPLO	14,000	Unidade
Especificação: VOLANTE VERTICAL DUPLO - APARELHO PARA GINASTICA, VOLANTE VERTICAL DUPLO, ESTRUTURA AÇO, ACABAMENTO TINTA PO, TRATAMENTO ANTI FERRUGEM, GARANTIA MINIMA 02 ANOS.			

7. Estimativa do valor da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	BANCO COM BALANÇO	12,000	Unidade	1.720,33	20.643,96
Especificação: BANCO COM BALANÇO FEITO EM MADEIRA DE EUCALÍPTO. O ASSENTO DO BANCO DEVE MEDIR 1,00 DE LARGURA. DIMENSÕES 1,80 COMPRIMENTO; 1,40 LARGURA; 1,40 ALTURA.					
2	ESCORREGADOR	12,000	Unidade	1.659,89	19.918,68
Especificação: ESCORREGADOR FABRICADO EM FIBRA E PINTURA EM EPÓXI COM ESCADA EM MADEIRA DE EUCALÍPTO E ALÇAS DE APOIO CONFECCIONADAS EM FERRO, COLORIDO EM PINTURA ELETROSTÁTICA. DIMENSÕES: COMPRIMENTO 3,00M; LARGURA 1,10M E ALTURA 1,70M.					
3	GANGORRA DUPLA	12,000	Unidade	2.014,21	24.170,52



Prefeitura de Tamboril

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL

189

FLS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
Especificação: CONFECCIONADO EM EUCALIPITO TRATADO E AUTO CLAVADO ENVERNIZADO COM STAIN OU SIMILAR 10 A 12mm, DE 2,50X0,70m. 02 ASSENTOS CONFECCIONADO TABUAS MUIRACATIARA DE 0,20X0,30m. 2 APOIOS DE MÃOS COM TUBO GALVANIZADO DE 1" NA COR VERDE. DIMENSÕES (C X L X A) : (2,75m a 2,85 m) x (1,95 m a 2,05 m) x (0,65 m a 0,75 m).DIMENSÕES: COMPRIMENTO 3,00M, LARGURA 0,80M, ALTURA 0,60 A 1,20M. GANGORRA DUPLA, CONFECCIONADA EM TORAS DE MADEIRA DE EUCALIPITO AUTOCLAVADO E ALÇAS DE APOIO CONFECCIONADAS EM MATERIAL METÁLICO, COLORIDAS EM PINTURA ELETROSTÁTICA. DIMENSÕES (APROXIMADAMENTE); COMPRIMENTO 3,00M; LARGURA 1,20M; ALTURA 0,60 A 1,20M.					
4	PLAYGROUND TIPO CASA EM MADEIRA	12,000	Unidade	8.733,00	104.796,00
Especificação: PLAYGROUD TIPO TARZAN, PLAYGROUD TIPO CASA EM MADEIRA DE EUCALIPITO. DIMENSÕES: 4,50M DE COMPRIMENTO; 4,50 DE LARGURA; 2,80 M DE ALTURA. COMPOSTO POR: 01 CASA C/ TELHADO C/ PLATAFORMA TAMANHO DE 1,40 X 1,40 M C/ TELHADO (ACESSO ATRAVÉS DE ALÇAS DE APOIO C/ PINTURA ELETROSTÁTICA) 01 ESCORREGADOR EM PLÁSTICO INJETADO 01 BALANÇO DUPLO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO INJETADO C/ ALÇA DE SEGURANÇA P/ SEGURANÇA DOS PEQUENOS 01 TELA DE ESCALADA EM CORDAS 01 ESCADA DE ACESSO.					
5	SIMULADOR DE BICICLETA INDIVIDUAL	14,000	Unidade	3.461,55	48.461,70
Especificação: SIMULADOR DE BICICLETA INDIVIDUAL - SIMULADOR, BICICLETA MECANICO SENTADO, ESTRUTURA AÇO, ACABAMENTO TINTA PO, TRATAMENTO ANTI FERRUGEM.					
6	ESTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE PARA CADEIRANTES	14,000	Unidade	3.501,67	49.023,38
Especificação: ESTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE PARA CADEIRANTES - APARELHO PARA GINASTICA, ESTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE PARA CADEIRANTES.					
7	PLACA ORIENTATIVA	14,000	Unidade	2.266,84	31.735,76
Especificação: PLACA ORIENTATIVA - PLACA DE IDENTIFICAÇÃO, PVC, VERTICAL, FIXAÇÃO NO PISO, PILARES ESTRUTURA AÇO, ACABAMENTO TINTA PO TERMO ENDURECIVEL.					
8	ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA	14,000	Unidade	2.382,70	33.357,80
Especificação: ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA - EXERCITADOR, TUBOS DE AÇO, TIPO ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA, TRIPLO, CONJUGADO.					
9	SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL	14,000	Unidade	1.717,17	24.040,38
Especificação: SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL - APARELHO E ACESSORIO PARA FISIOTERAPIA, TUBOS AÇO CARBONO, CHAPA ESTRUTURAL, TIPO SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL, 12 MESES DE GARANTIA.					
10	MULTI EXERCITADOR 6 FUNÇÕES	14,000	Unidade	4.688,83	65.643,62
Especificação: MULTI EXERCITADOR 6 FUNÇÕES - MULTI EXERCITADOR, TUBOS DE AÇO CARBONO SAE 1020, CONJUGADO 6 FUNÇÕES DISTINTAS.					
11	TWIST LATERAL DUPLO	14,000	Unidade	3.102,62	43.436,68
Especificação: TWIST LATERAL DUPLO, ESTRUTURA PRINCIPAL EM TUBO REDONDO					
12	ALONGADOR 3 ALTURAS	14,000	Unidade	2.338,12	32.733,68
Especificação: ALONGADOR 3 ALTURAS - EXERCITADOR, TUBOS DE AÇO CARBONO, TIPO ALONGADOR COM TRÊS ALTURAS CONJUGADO.					
13	SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL	28,000	Unidade	2.046,33	57.297,24
Especificação: SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL - APARELHO E ACESSORIO PARA FISIOTERAPIA, TUBOS AÇO CARBONO, SAPATA ANTIDERRAPANTE, CHAPA 14, SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL, 12 MESES DE GARANTIA, ESTAMPADA, SEM QUINAS.					
14	SIMULADOR DE ESQUI INDIVIDUAL	14,000	Unidade	1.994,50	27.923,00
Especificação: SIMULADOR DE ESQUI INDIVIDUAL - SIMULADOR, ESQUI MECANICO, ESTRUTURA AÇO, ACABAMENTO TINTA PO, TRATAMENTO ANTI FERRUGEM.					
15	VOLANTE VERTICAL DUPLO	14,000	Unidade	1.782,57	24.955,98
Especificação: VOLANTE VERTICAL DUPLO - APARELHO PARA GINASTICA, VOLANTE VERTICAL DUPLO, ESTRUTURA AÇO, ACABAMENTO TINTA PO, TRATAMENTO ANTI FERRUGEM, GARANTIA MINIMA 02 ANOS.					

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, temse que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 608.138,38 (seiscentos e oito mil, cento e trinta e oito reais e trinta e oito



centavos)

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Após cuidadosa avaliação com base na Lei nº 14.133/2021 e uma análise detalhada do objeto de contratação, conclui-se pela não divisão do objeto desta licitação em lotes. Este posicionamento é fundamentado nos seguintes aspectos:

- **Avaliação da Divisibilidade do Objeto:** Verificou-se que o conjunto de playgrounds e academias ao ar livre formam um sistema integrado de lazer e atividade física. Sua divisão em parts menores poderia comprometer a integridade, funcionalidade, e os benefícios sociais e de saúde pretendidos, afetando negativamente a eficácia dos resultados esperados pelo município de Tamboril-CE.
- **Viabilidade Técnica e Econômica:** A análise técnica demonstrou que a divisão de áreas esportivas em lotes diferenciados poderia implicar em maior complexidade na gestão do projeto, aumentando custos operacionais e de manutenção preditiva e corretiva, sem agregar valor à efetividade ou eficiência do sistema como um todo.
- **Economia de Escala:** A avaliação econômica indicou que o parcelamento do projeto em lotes distintos poderia ocasionar aumento nos custos finais devida à perda de economia de escala. Aquisições conjuntas e instalação de playgrounds e academias ao ar livre em uma única etapa mostram-se mais econômicas, beneficiando-se de preços mais vantajosos e menores custos logísticos.
- **Competitividade e Aproveitamento do Mercado:** Mesmo que o parcelamento possa sugerir uma ampliação da base de fornecedores potenciais, a especificidade e a complexidade da solução requerem experiência e capacidade técnica elevada, que possam ser mais efetivamente atendidas por fornecedores de maior capacidade operacional e técnica. Assim, a não divisão estimula a participação de empresas especializadas capazes de entregar o projeto integralmente, com maior garantia de qualidade e conformidade.
- **Análise do Mercado:** Investigação do mercado fornecedor desse tipo de solução evidenciou que poucas empresas detêm o escopo completo de fornecimento integral dos sistemas de playgrounds e academias ao ar livre incluindo instalação e manutenção. Portanto, a consolidação em uma única contratação maximiza benefícios econômicos sem prejudicar a competição justa.

Em razão dos pontos elencados, conclui-se pela decisão de não parcelamento do objeto desta contratação. Esta opção assegura maior viabilidade técnica e econômica, além de estar alinhada às práticas do setor econômico e atender aos anseios e necessidades do município de Tamboril-CE. Este posicionamento está rigorosamente documentado e fundamentado, garantindo transparência, conformidade legal e facilitação da compreensão e fiscalização posterior.

9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação de empresa especializada para aquisições de playgrounds e academias ao ar livre com montagem e instalações em espaços públicos, destinada a atender às secretarias do município de Tamboril-CE, encontra-se em pleno



alinhamento com o Plano de Contratações Anual desta entidade para o exercício financeiro vigente. Conforme estabelecido pelos requisitos estratégicos e pelas diretrizes de ação prioritária, este projeto foi previamente identificado e inserido nas programações anuais, reconhecendo a necessidade de promover lazer e qualidade de vida aos habitantes de Tamboril, além de atender à crescente demanda por atividades físicas ao ar livre, como parte essencial para o desenvolvimento comunitário e melhoria da saúde pública.

A inserção deste projeto no Plano de Contratações Anual reflete o comprometimento da administração municipal com a execução de iniciativas que contribuam significativamente para o bem-estar social e que estejam em concordância com os objetivos de longo prazo estabelecidos para o município. Está alinhada, portanto, com os interesses públicos e responde adequadamente aos anseios da comunidade local, cumprindo plenamente os critérios de relevância e prioridade determinados pela gestão.

Importante ressaltar que o processo de planejamento anual e a subsequente inclusão desta contratação como parte do Plano de Contratações Anual manifestam a intenção de realizar uma gestão fiscalmente responsável e de otimizar os recursos disponíveis, visando alcançar uma maior eficiência administrativa e a eficácia na aplicação do dinheiro público. Esta ação está, assim, perfeitamente alinhada aos princípios de legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, destacados pela Lei 14.133/2021, reforçando o compromisso da administração municipal de Tamboril-CE em promover iniciativas que fomentem o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

10. Resultados pretendidos

O principal objetivo da presente contratação, conforme delineado pela Lei nº 14.133/2021, é assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, promovendo, assim, um aproveitamento eficiente dos recursos públicos destinados à implantação de playgrounds e academias ao ar livre nos espaços públicos do município de Tamboril-CE. Esta ação está alinhada aos preceitos fundamentais da lei, que incluem, entre outros, os princípios da eficiência, economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Nesta perspectiva, os resultados esperados com a implementação deste projeto incluem:

- Promoção da saúde pública e do bem-estar: Por meio da disponibilização de equipamentos de lazer e atividade física, espera-se beneficiar diretamente a população local, incentivando a prática regular de exercícios físicos. O que está em consonância com o art. 11, caput, da Lei nº 14.133/2021, que enfoca a observância de resultados que gerem benefícios para a administração pública e para o público atendido.
- Desenvolvimento social e comunitário: A instalação dos playgrounds e academias ao ar livre visa também promover a integração comunitária, oferecendo espaços propícios para o convívio social e para o desenvolvimento de atividades em grupo, contribuindo assim para a coesão social, conforme os objetivos gerais da contratação e os princípios norteadores da Lei 14.133/2021.



- Incentivo ao desenvolvimento local sustentável: Ao priorizar equipamentos que sigam padrões de sustentabilidade, fomenta-se o desenvolvimento de um ambiente urbano mais sustentável e saudável. Isso reflete o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, estabelecido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
- Otimização do uso dos espaços públicos: Com a correta implementação e manuseio dos equipamentos, pretende-se otimizar o uso dos espaços públicos de Tamboril-CE, oferecendo à população local opções de lazer e exercício físico de qualidade. Este aspecto está diretamente ligado ao princípio da eficiência e economicidade, que perpassa toda a referida lei.

Ademais, busca-se assegurar que tal iniciativa esteja alinhada com o plano de contratações da administração, promovendo uma gestão eficaz dos recursos públicos. Isso implica na seleção cuidadosa das propostas, para que realmente sejam vantajosas e exequíveis, tal como determina o art. 11, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece critérios para uma licitação eficiente, ponderando o ciclo de vida dos objetos e evitando contratações com sobrepreço ou inexecutáveis.

Portanto, a expectativa é que a contratação gere um resultado multiplicador, não apenas pelo atendimento direto das necessidades imediatas de infraestrutura de lazer e saúde, mas também pela promoção do desenvolvimento local de forma sustentável e inclusiva, contribuindo significativamente para a elevação da qualidade de vida dos habitantes de Tamboril-CE.

II. Providências a serem adotadas

Para viabilizar a contratação de empresa especializada para aquisições de playgrounds e academias ao ar livre com montagem e instalações em espaços públicos, a fim de atender as Secretarias do Município de Tamboril-CE, serão necessárias as seguintes providências:

- Realização de uma ampla pesquisa de mercado para identificar potenciais fornecedores que atendam às especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos para os equipamentos de playgrounds e academias ao ar livre.
- Elaboração de um Termo de Referência detalhado, fundamentado nas informações coletadas no Estudo Técnico Preliminar, contemplando todas as especificações técnicas dos equipamentos, critérios de instalação, manutenção e garantias exigidas.
- Divulgação de um edital de licitação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, estabelecendo a modalidade de Pregão Eletrônico como forma de seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, levando em consideração a melhor técnica e preço.
- Implementação de processos de treinamento para os servidores envolvidos nas etapas do processo licitatório, garantindo assim a eficiência e a transparência na execução desses procedimentos.
- Estabelecer mecanismos eficazes de gestão contratual para assegurar o cumprimento dos contratos conforme o acordado, incluindo a qualidade dos equipamentos, prazos de entrega, instalação e manutenção dos mesmos.
- Elaborar planos de manutenção para os equipamentos adquiridos, garantindo sua longevidade e segurança para os usuários.
- Preparação e publicação de atos administrativos necessários para a formalização do processo de contratação, em observância aos princípios da administração pública e às



normas vigentes.

- Acompanhamento e monitoramento contínuo do mercado fornecedor para assegurar que a administração municipal esteja obtendo as melhores condições de aquisição em termos de custo-benefício, conforme o princípio da economicidade.
- Desenvolver e implementar políticas de inclusão, assegurando que os playgrounds e academias ao ar livre estejam acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em alinhamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável e inclusão social.
- Promover iniciativas de conscientização sobre a importância da atividade física ao ar livre para a saúde e bem-estar dos habitantes do Município de Tamboril-CE, em parceria com as secretarias municipais de saúde, educação e desenvolvimento social.

12. Justificativa para adoção do registro de preços

A adoção do sistema de registro de preços para a contratação de empresa especializada para aquisições de playgrounds e academias ao ar livre com montagem e instalações em espaços públicos, para atender às Secretarias do Município de Tamboril-CE, apresenta-se como a alternativa mais eficaz e eficiente, de acordo com os princípios delineados na Lei nº 14.133/2021.

O artigo 82 da Lei nº 14.133/2021 estabelece as diretrizes para o sistema de registro de preços, salientando a necessidade de observar as especificidades da licitação e de seu objeto, a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida, entre outros critérios que são de grande valia para o presente processo licitatório. Essa modalidade possibilita maior flexibilidade e agilidade nas futuras aquisições, uma vez que permite a contratação conforme a necessidade de implementação de equipamentos em diferentes locais do município, sem a necessidade de lançar uma nova licitação para cada instalação.

Adicionalmente, o parágrafo 5º do art. 82 da referida lei, ao abordar as condições para utilização do sistema de registro de preços, menciona a realização prévia de ampla pesquisa de mercado e a seleção de acordo com os procedimentos regulamentados, que são procedimentos já contemplados neste estudo técnico preliminar. Isso assegura que a contratação por registro de preços não apenas se alinha aos princípios de eficiência e economicidade, mas também garante a seleção de propostas que ofereçam o melhor custo-benefício ao longo do tempo.

Essa modalidade de licitação é particularmente pertinente para o presente caso, dada a previsão de instalação de equipamentos em diversos espaços públicos. A flexibilidade proporcionada pelo registro de preços garantirá a aquisição de equipamentos adicionais sem exceder os limites orçamentários e mantendo a conformidade com as demandas variáveis e o planejamento estratégico da municipalidade. Além disso, o § 6º do art. 82 permite a adesão de órgãos não participantes às atas de registro de preço, o que poderia favorecer outras secretarias ou entes federativos que venham a demandar equipamentos similares, promovendo a economia através do compartilhamento de condições contratuais atraentes.

Portanto, a decisão pela utilização do Sistema de Registro de Preços, no âmbito deste processo licitatório, está intrinsecamente ligada à busca pela eficiência administrativa, gestão otimizada dos recursos públicos e alinhamento às boas práticas de governança, fiscalização e modernização da gestão pública. Cumpre salientar que o



presentes posicionamento converge com os objetivos da Lei nº 14.133/2021, visando estabelecer normas visando a obtenção de contratações mais vantajosas e adequadas às necessidades da Administração Pública.

13. Da vedação da participação de empresas na forma de consórcio

Conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, especificamente nos artigos 15, § 5º, e 18, a participação de empresas na forma de consórcio em processos de licitação pode ser submetida a restrições ou vedações, fundamentadas em critérios devidamente justificados no interesse da Administração Pública. Neste contexto, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÕES DE PLAYGROUNDS E ACADEMIAS AO AR LIVRE COM MONTAGEM E INSTALAÇÕES EM ESPAÇOS PÚBLICOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL-CE, posicionamo-nos contrariamente à participação de empresas sob forma de consórcio por razões substantivas abaixo delineadas, todas alinhadas às diretrizes e fundamentações jurídicas vigentes na Lei nº 14.133/2021.

Primeiramente, a complexidade não elevada e a especificidade técnica dos objetos de contratação em questão - instalação de playgrounds e academias ao ar livre - não justificam a necessidade de formação de consórcios. Essas atividades podem ser plenamente executadas por empresas individuais, que detêm know-how e capacidade técnica para a entrega completa dos serviços sem a necessidade de associação, como demonstrado pelos artigos 7º e 14º, que enfatizam a especialização e as capacidades técnicas individuais das empresas licitantes.

Além disso, a vedação à formação de consórcios minimiza os riscos de sobreposição de responsabilidades e possíveis conflitos contratuais, promovendo maior eficácia na gestão e fiscalização contratual. Essa medida está alinhada ao artigo 11 da Lei nº 14.133/2021, que enfatiza a obtenção de resultados mais vantajosos para a Administração Pública e a eficiência contratual.

Outro ponto de relevância é a simplificação do processo licitatório. Conforme os princípios do artigo 5º, a restrição à participação de consórcios alinha-se aos preceitos de celeridade, eficiência, economicidade e simplificação dos processos de seleção, evitando complexidades desnecessárias em licitações de menor escala e magnitude. Esta postura fomenta a ampla competição, assegurando igualdade de condições a todas as empresas, independentemente de seu porte, promovendo a disputa justa e equilibrada, conforme definido pelo artigo 12, e corroborada pelas intenções do artigo 26 relacionadas ao tratamento favorecido e diferenciado às micro e pequenas empresas.

Adicionalmente, a vedação de consórcios nesta contratação específica impede a concentração econômica e possibilita uma maior distribuição de oportunidades entre diferentes fornecedores locais e regionais, em conformidade com o artigo 40, que destaca a importância da diversificação de fornecedores para a promoção do desenvolvimento econômico local e regional sustentável.

Por fim, a viabilidade e a razoabilidade da contratação, assegurando que as empresas individuais participantes tenham plenas condições de cumprir as obrigações contratuais estabelecidas, residem na essência da escolha da Administração Pública



em vedar a participação de empresas na forma de consórcio, visando a salvaguardar os interesses públicos primários, a eficiência e efetividade da execução do contrato, bem enfatizado pelo posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e a razoabilidade da contratação, item XIII do § 1º do artigo 18.

Portanto, respaldados pelas diretrizes da Lei nº 14.133/2021, concluímos pela vedação da participação de empresas na forma de consórcio neste processo licitatório, considerando o objetivo de maximizar os resultados positivos para a Administração Pública e para a sociedade tamborilense, com a promoção de um processo competitivo transparente, eficiente e justo.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

A contratação de empresa especializada para aquisições de playgrounds e academias ao ar livre, com montagem e instalações em espaços públicos para atender as secretarias do município de Tamboril-CE, implica intervenções no meio ambiente que, embora visem o bem-estar social e a promoção da saúde pública, demandam a adoção de práticas responsáveis para evitar, minimizar ou compensar impactos ambientais adversos. Conforme a Lei 14.133/2021, embora não trate diretamente de todos os aspectos ambientais específicos de cada tipo de contratação, a lei estabelece princípios e diretrizes que devem nortear todas as aquisições e serviços contratados pela Administração Pública, incluindo a sustentabilidade e o desenvolvimento nacional sustentável (Art. 5º).

Impactos Ambientais Identificados:

- Degradação dos Espaços Verdes: As instalações podem afetar a cobertura vegetal dos espaços públicos, reduzindo áreas verdes, afetando a biodiversidade local e alterando o microclima.
- Poluição Durante a Instalação: Processos de montagem e instalação podem gerar ruídos, poeira e outros poluentes, afetando a qualidade do ar e o bem-estar da comunidade adjacente.
- Consumo de Recursos: A produção e instalação dos equipamentos consomem recursos naturais e energia, contribuindo para a pegada ecológica da iniciativa.
- Resíduos da Construção: Os resíduos gerados na montagem dos equipamentos podem contaminar o solo e corpos d'água se não forem adequadamente gerenciados.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Planejamento de Instalação Sensível ao Contexto Ambiental: Seleção de locais para instalação com mínimo impacto sobre a cobertura vegetal e biodiversidade existente, evitando áreas de preservação e priorizando áreas já degradadas ou com baixo valor ecológico.
- Controle de Poluição e Gestão de Resíduos: Aplicação de técnicas construtivas que minimizem a geração de poluentes, ruídos e resíduos, aliado a um rigoroso plano de gestão de resíduos, incluindo a reciclagem e disposição adequada de materiais.
- Utilização de Materiais e Tecnologias Sustentáveis: Privilegiar o uso de materiais recicláveis, de baixo consumo de energia na produção e de longa durabilidade,



além de técnicas de construção sustentáveis.

- Educação Ambiental: Incluir, no projeto das instalações, elementos que promovam a educação ambiental dos usuários, destacando a importância da preservação e conservação ambiental.
- Monitoramento e Manutenção: Estabelecer programas de monitoramento periódico dos impactos ambientais das instalações e suas imediações, garantindo ações de manutenção que preservem suas características ambientais sustentáveis.

A adoção dessas medidas procura alinhar as ações deste projeto ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, observando as diretrizes da Lei 14.133/2021 e garantindo não apenas o alcance dos objetivos sociais e de saúde pública pretendidos, mas também a preservação da qualidade ambiental e o fomento à sustentabilidade.

15. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

Após uma análise cuidadosa e abrangente de todas as variáveis envolvidas na contratação de empresa especializada para aquisições de playgrounds e academias ao ar livre, com montagem e instalações em espaços públicos, para atender as secretarias do município de Tamboril-CE, concluímos pela viabilidade e razoabilidade da contratação com fundamento nas disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Conforme estabelece o art. 11 da referida lei, a contratação pública deve assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, para otimizar a aplicação dos recursos em benefício da comunidade. Além disso, deve-se assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e promover a competição justa.

A decisão de proceder com esta contratação fundamenta-se nos seguintes pontos:

1. Análise de Mercado: A pesquisa de mercado realizada como parte do Estudo Técnico Preliminar demonstrou a existência de múltiplas opções de fornecedores qualificados, sugerindo um ambiente de negócio altamente competitivo. Isso indica que a seleção por meio de pregão eletrônico, conforme estabelecido no art. 28, inciso I, da Lei 14.133/2021, é a modalidade mais adequada, alinhando-se aos objetivos de transparência e economicidade.
2. Viabilidade Econômica: As estimativas de custo foram cuidadosamente calculadas com base nos preços de mercado e nas quantidades necessárias para atender adequadamente às necessidades do município. Foi verificada a razoabilidade dos valores, atendendo ao princípio da economicidade e da eficiência estabelecidos pela lei.
3. Benefícios Sociais e de Saúde Pública: A instalação dos playgrounds e das academias ao ar livre atende a objetivos estratégicos de saúde pública, lazer e qualidade de vida da população. Este projeto está diretamente alinhado com os princípios de interesse público e desenvolvimento nacional sustentável mencionados no artigo 5º da Lei 14.133/2021, contribuindo significativamente para o bem-estar da comunidade.
4. Impacto Ambiental: Considerando os possíveis impactos ambientais, foram selecionados materiais e métodos que minimizam o impacto ambiental, além de medidas mitigadoras propostas para possíveis danos. Isso ressalta a observância



ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável.

5. Conformidade Legal e Regularidade: A forma de contratação, o objeto e o procedimento licitatório foram definidos de maneira a garantir total aderência às exigências legais, incluindo aspectos de habilitação técnica e econômica dos licitantes, conforme estabelecido nos Arts. 14 e 15 da Lei 14.133/2021.

Em síntese, considerando todos os aspectos técnicos, legalidade, vantagens econômicas, benefícios sociais e a conformidade com as disposições da Lei 14.133/2021, concluímos pela total viabilidade e razoabilidade da contratação proposta. Este projeto não só atende às exigências legais e princípios básicos de uma contratação pública eficiente e eficaz como também contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do município de Tamboril-CE, proporcionando um legado de saúde e bem-estar social.

Tamboril / CE, 27 de junho de 2024

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Renato Mota Veras de Oliveira
RENATO MOTA VERAS DE OLIVEIRA
PRESIDENTE



**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024/PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00005.20240617/0002-66**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXX, QUE
FAZEM ENTRE SI O(A) SECRETARIA MUNICIPAL
DE E A EMPRESA (NOME DO CONTRATADO)

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE, com sede no(a) , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o , neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a), Matrícula Funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 00005.20240617/0002-66 e em observância às disposições da Lei Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÕES DE PLAYGROUNDS E ACADEMIAS AO AR LIVRE COM MONTAGEM E INSTALAÇÕES EM ESPAÇOS PÚBLICOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL-CE, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 6 meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme estabelecido no item 4.5 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR



- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXX (por extenso).
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21 de junho de 2024.
7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do(a) Secretaria Municipal de Saúde para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;



8.1.8.1. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.2. Concluída a instrução do requerimento, a contar da data do protocolo, a Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor;

9.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados (inciso II do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.6.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.6.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.6.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

9.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e

9.1.6.6. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



9.1.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na licitação;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.1.15. Apresentar ficha técnica do produto, ou laudo técnico, ou certificação ou outro documento que venha a ser solicitado pelo CONTRATANTE para comprovação do atendimento às cláusulas de sustentabilidade contidas no Termo de Referência.

9.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e demais documentos da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o licitante que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação eletrônica ou execução do contrato;
- f) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas de "b", "c" e "d" do subitem acima deste Termo de Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens



"e" a "h", bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.4.1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.2. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§ 8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XXX (por extenso) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

11.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

11.7.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.9. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no



Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. O contrato se extingue quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação 1701.15.451.0032.2.078 - Manutenção de Pracas, Parques e Jardins da Sede e Zona Rural, no(s) elemento(s) de despesa(s): 44905210 - Equipamentos e Material Permanente; 0501.10.301.0031.2.037 - Manutenção de Programas de Manutenção da Atenção Primária em Saúde, no(s) elemento(s) de despesa(s): 44905210 - Equipamentos e Material Permanente;

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como disponibilizar este Termo de Contrato no sítio oficial do(a) Secretaria Municipal de Saúde na rede mundial de computadores (internet), em atenção ao §2º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 2011, c/c o inciso V do §3º do art. 7º do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Tamboril para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

Tamboril/CE, XX (dia) de XXX (mês) de 20XX (ano).

Representante legal do
CONTRATANTE

Representante legal do
CONTRATADO

Testemunhas:

1. _____

2. _____